



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

**TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**

**PREGÃO Nº 21/2020 - ELETRÔNICO**

**CAPÍTULO I - DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de impressos a serem utilizados nos Pleitos Eleitorais de 2.020, doravante denominados de impressos, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2. A aquisição dos impressos será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

**3. Para esta licitação somente poderão participar empresas que possuam parque gráfico e sede/filial no município de Campo Grande, conforme disciplinado abaixo:**

3.1. **Item 01** - Em razão do curto prazo existente entre o fechamento do sistema de candidaturas (meados de setembro), da complexidade da elaboração do formulário e da necessidade da aprovação prévia dos modelos a serem impressos por servidor lotado na Secretaria Judiciária do TRE/MS, para este item será admitida apenas a participação de empresas que possuam parque gráfico e sede/filial em Campo Grande/MS.

3.2. A exigência de a empresa possuir parque gráfico e sede/filial no município de Campo Grande/MS, também se deve a outras características da presente contratação, em especial no que se refere à:

a) necessidade de contato entre o fiscal da contratação e a empresa para entrega pelo TRE/MS da arte a ser impressa, em especial quando esta não estiver em meio digital, entrega de prova por parte da empresa, bem como para esclarecimentos/ajustes da arte e formato do material a ser impresso, situações estas que restariam mais complexas caso a empresa estivesse localizada em outra unidade da federação/municipalidade e o contato tivesse de ser realizado por telefone, correio ou internet, além de implicar em custos e tempo adicionais; e

b) eventualidade da necessidade de acompanhamento direto pelo fiscal, e em alguns casos *in loco*, da produção dos impressos, de modo que não ocorram atrasos na entrega dos materiais.

4. Em razão da ausência de termo contratual (na medida em que a aquisição será imediata, mediante a emissão da respectiva nota de empenho), a comprovação de atendimento às exigências da cláusula 3 será condição para aceitação da proposta, nos termos do Capítulo 9 do edital, e consistirá na verificação do endereço da empresa em consulta ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**CAPÍTULO II - DOS IMPRESSOS A SEREM ADQUIRIDOS E DOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS**

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, condições de fornecimento e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados a seguir:

ITEM	OBJETO
01	Impressão de folhas contendo os nomes dos candidatos a prefeito e

vereador das Eleições 2020 (lista de candidatos). Serão impressas 07 artes diferentes, em papel branco, com gramatura de 75 g/m², impressão preto frente, <b>medindo 29,7cm x 42cm (A3)</b> . Para cada arte serão impressos 10 milheiros, totalizando 70 milheiros.			
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Milheiro	70	R\$ 260,00	R\$ 18.200,00
Intervalo entre os lances			R\$ 15,00

1.2. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

### CAPÍTULO III – DA PROVA E DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

1. Recebida a nota de empenho, a empresa contratada deverá elaborar uma amostra (prova) dos impressos.

2. O modelo da arte a ser impressa será enviada juntamente com a nota de empenho, em meio impresso ou em arquivo eletrônico (criado em aplicativos como MS Word, MS Power Point, Corel Draw, Page Maker, dentre outros).

2.1. A empresa fornecedora é responsável pela produção da arte final necessária à confecção do material a ser impresso.

2.2. A depender do impresso, a critério do TRE/MS, a empresa poderá ser dispensada de apresentar amostra do material.

3. Recebido o modelo da arte fornecido pelo TRE/MS, a empresa fornecedora deverá elaborar a prova da arte final a ser impressa e encaminhá-la aos cuidados do(s) fiscal(is) (indicado no Ofício de remessa do empenho), na sede do TRE/MS, situado na Rua Des. Leão Neto do Carmo, n.º 23 – Parque dos Poderes, CEP 79037-100, Campo Grande – MS.

3.1. A prova da arte final poderá ser encaminhada ao(s) fiscal(is) em arquivo eletrônico ou impressa em papel comum, devendo possibilitar a verificação das características da arte a ser impressa, tais como: cores da impressão, diagramação, padrões de fonte dos textos, dimensões, etc.

3.2. A critério do(s) fisca(is) poderá ser requerida a apresentação de amostra do material a ser empregado na confecção dos impressos, como por exemplo o tipo do papel a ser utilizado.

4. O(s) fiscal(is) analisará(ão), no prazo de 2 (dois) dias úteis, a prova da arte final encaminhada.

4.1. Aprovada a prova da arte final, o(s) fiscal(is) informará(ão) à empresa para que providencie a confecção e a entrega dos impressos na totalidade constante na nota de empenho.

**4.1.1. A arte final aprovada deverá ser entregue ao TRE/MS em arquivo eletrônico, de forma a viabilizar a sua utilização para eventual impressão futura de material similar, bem como para verificação posterior, no momento da entrega.**

4.2. Em caso de reprovação da prova da arte final, o(s) fiscal(is) apontará(ão) a(s) desconformidade(s) verificada(s), e notificará(ão) a empresa sobre a necessidade do envio de nova prova, que será analisada no prazo estipulado na cláusula 4.

4.3. Caso o(s) fiscal(is) exceda(m) o prazo indicado na cláusula 4, o excesso de prazo não será computado no prazo de entrega da empresa fornecedora.

5. O prazo máximo de entrega dos impressos serão os que seguem:

**5.1. – PARA ENTREGA DA PROVA: 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO;**

**5.2. – PARA ANÁLISE DA PROVA PELO TRE/MS: 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS;**

**5.3. – PARA EVENTUAIS AJUSTES NA PROVA: 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS;**

#### **5.4. – PARA ENTREGA DOS IMPRESSOS: MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, CONTADOS DA APROVAÇÃO DA PROVA.**

5.5. Os prazos indicados nas cláusulas anteriores **incluem** o período necessário à elaboração da prova da arte final pela empresa e à sua aprovação pelo TRE/MS, ressalvada a disposição constante da cláusula 4.3 deste Capítulo.

5.6. Caberá ao(s) fiscal(is) o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

6. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

6.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

7. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

**7.1. Registra-se que os impressos objeto da presente contratação serão utilizados nos preparativos e na execução dos Pleitos Eleitorais 2.020, e, em razão da suma importância da finalidade a qual se destinam, as justificativas apresentadas para as solicitações de prorrogação de prazos serão minuciosamente analisadas pela Administração do TRE/MS.**

8. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

#### **CAPÍTULO IV – DO RECEBIMENTO DOS IMPRESSOS**

1. Os impressos deverão ser entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS, situada na Avenida Júlio de Castilhos, 331 – Vila Alba (entrada pela rua lateral – Vespasiano Martins), Campo Grande/MS, no horário de 12h às 17h e 30min, de segunda à sexta-feira, mediante agendamento através do telefone (67) 3361-0016.

1.1. A critério do fiscal, poderá ser solicitada a entrega em outro endereço a ser indicado pela fiscalização, dentro do município de Campo Grande/MS.

2. O recebimento provisório será efetuado pela Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no caso da cláusula 1 do presente capítulo, ou pelo fiscal, no caso da cláusula 1.1, no momento da entrega dos impressos, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os impressos deverão estar em suas respectivas embalagens, se cabível, com a indicação da quantidade na mesma;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

3. Atendidas as condições indicadas na cláusula 2 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

3.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

4. O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal e deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) verificação da qualidade do material;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

5. Verificada alguma falha na execução do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

5.1. Ao prazo previsto nesta cláusula, aplica-se o disposto nas cláusulas 6 e 7 do Capítulo III.

6. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

## **CAPÍTULO V – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

## **CAPÍTULO VI – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%$ ,  $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## **CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Em caso de descumprimento de cláusulas do Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada ADVERTÊNCIA por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

### 3. Será aplicada MULTA:

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso no cumprimento dos prazos para encaminhamento de amostra do material (item), limitada ao montante de 10% (dez por cento), correspondente a 10 (dez) dias, podendo a Administração, motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total, caso não haja justificativa plausível aceita;
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, no fornecimento de material, limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 10 (dez) dias, podendo a Administração, motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, caso não haja justificativa plausível aceita;
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de desatendimento de cláusulas do Termo de Referência, não contempladas nos itens acima desta Cláusula;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a fornecedora não queira aceitar qualquer alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- e) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, caso a entrega do material esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- f) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de não emissão de documento necessário ao pagamento;
- g) de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a efetuar o fornecimento sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, por falhas sucessivas, por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;

- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 6.

## **CAPÍTULO VIII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA**

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, Técnico Judiciário, em 26/06/2020, às 12:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0850126** e o código CRC **375B5F42**.

